

IGREJA, IDEOLOGIA E DISCURSO: ALGUMAS QUESTÕES

Wellton da Silva de Fatima
Mestrado/UFF
Orientadora: Bethania Mariani

Introdução

Este trabalho se inscreve no quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso de linha francesa, ancorada nos estudos de Michel Pêcheux (2015) e desenvolvida no Brasil por diversos pesquisadores e pesquisadoras como Eni Orlandi (2013), por exemplo. Nesta parte trabalho pretendemos desenvolver parte de uma das discussões fundamentais para elaboração de uma dissertação em nível de mestrado que visa analisar o discurso religioso neopentecostal¹ sobre orientações sexuais não-heterossexuais e identidades de gênero outras². Para isso, discussões acerca de questões que envolvem a diferença, a sexualidade, e a religiosidade serão necessárias, principalmente quando transversais às questões da linguagem e do discurso.

Nesse sentido, e visando o aprofundamento em uma dos problemas elencados acima, é que procederemos a algumas questões sobre o discurso religioso (ORLANDI, 1987), ancorando-nos em reflexões acerca dos lugares dentro dos quais esse discurso circula e é produzido, e a forma como o problema da ideologia se coloca especificamente na religiosidade.

A discursividade no religioso: algumas características

Começamos por uma questão envolvendo a discursividade, mais exatamente algo que envolve a condição de um processo discursivo. Propomo-nos, brevemente, a falar sobre a noção da reversibilidade (ORLANDI, 1987). De acordo com Orlandi, “Todas as formas de discurso [...] têm como parâmetro essa noção” (1987, p.240). Ainda seguindo no que teoriza a

1 Mais especificamente aquele materializado nos enunciados formulados nas colunas do jornal *Folha Universal* da Igreja Universal do Reino de Deus.

2 Entendendo-se como “outras” aquelas que “desviam” do padrão heteronormativo, sabendo-se que, principalmente na discursividade, o marcador é a diferença.

autora, pensaremos o discurso religioso como uma tipologia que se caracteriza como um discurso autoritário³. Sobre isso é preciso considerar que “[...] em se tratando do discurso autoritário, gostaríamos de observar que, embora não haja reversibilidade, de fato, é a ilusão da reversibilidade que sustenta esse discurso” (idem).

Antes de prosseguir sobre a questão da reversibilidade, e mais especificamente sobre a ilusão da reversibilidade, parece-nos fundamental retomar uma breve discussão acerca das tipologias discursivas.

De acordo com Orlandi (1987) é possível partir da ideia de que há três tipos discursivos de acordo com o seu funcionamento: discurso lúdico, discurso polêmico e discurso autoritário. (p.15). É observando o referente, os participantes e o objeto de determinado discurso que podemos proceder a tal categorização.

Há dois processos a serem levados em consideração para pensar essa e outras propriedades do discurso: um desses processos é a paráfrase, no qual podemos observar as cadeias parafrásticas de sentido; o outro se dá na ordem da polissemia, no qual consideramos uma tensão no processo de representação que se dá na relação do homem com o mundo; dessa forma é possível perceber, a respeito do discurso autoritário, que “o referente está 'ausente', oculto pelo dizer; não há realmente locutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida” (ORLANDI, 1987, p.15-16), ou seja, há uma tendência para a monossemia, diferentemente do discurso polêmico, por exemplo, que ao manter a presença do seu objeto de discurso procede a uma tentativa dominação do referente, há então uma polissemia controlada, equilibrada.⁴

No que se refere à produção dos sentidos, e refletindo sobre a natureza da relação entre o mesmo e o diferente no discurso religioso, nos propusemos brevemente a pensar questões acerca dos processos parafrásticos e polissêmicos. É a partir da paráfrase e da polissemia que, na Análise do Discurso, podemos perceber a relação que se dá entre o mesmo e o diferente em se tratando da produção/circulação dos sentidos. Orlandi (1987) trabalha com essas noções de forma concatenada. Segundo a autora, há uma relação de interdependência: “Esta é uma relação contraditória porque não há um sem o outro, isto é, essa é uma relação necessária e constitutiva.” (1998, p.15). Dito isso, é sabido também que há algumas questões a mais a se compreender no interior dessa relação. De acordo com Orlandi, “Em termos

3 Em seu livro “A linguagem e seu funcionamento” (1987), a autora distingue as tipologias discursivas em três: discurso lúdico, discurso polêmico e discurso autoritário

4 Há, ainda, a questão da polissemia do discurso lúdico. Nesse a polissemia se dá de forma aberta.

discursivos teríamos na paráfrase a reiteração do mesmo. Na polissemia, a produção da diferença” (idem).

Na construção de um dispositivo teórico, o analista do discurso está ciente de que as condições de produção são fundamentais para a compreensão dos processos discursivos, e ela se dá sob aspectos diferentes. De acordo com Orlandi (2013) “Elas (as condições de produção) compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação” (p.30). No interior desse trabalho, e para refletir sobre as questões que aqui estão postas, pensamos aquelas condições de produção imediatas, que envolvem a situação e as circunstâncias em que se dá a enunciação. Tendo em vista essas questões, e refletindo sobre o condicionamento ou a determinação que aparecem como consequências dessas condições de produção, percebemos que em termos de significação o trabalho de incisão da memória será mais efetivo, decisivo, afinal “Aquilo que, da situação, significa é já determinado pelo trabalho da memória, pelo saber discursivo, ou seja, aquilo que já fez sentido em nós.” (ORLANDI, 1998, p.15). Dessa forma, consideramos que é a relação com a memória que determinará dada situação de enunciação e, nesse sentido, as relações com a exterioridade, com a historicidade, ou seja, com as condições de produção em sentido mais amplo.

Ainda de acordo com Orlandi (1998), temos de considerar nessa relação a atuação do próprio sujeito que ocupa posições nas situações de interação. “Assim, o que funciona no jogo entre o mesmo e o diferente é o imaginário na constituição dos sentidos, é a historicidade na formação da memória” (p.15). Nesse sentido, consentindo o discurso religioso como discurso autoritário e sabendo de sua tendência a estancar a polissemia, somos levados a interpretar que a relação entre o mesmo e o diferente vai se dar levando em consideração essa relação com a memória discursiva, principalmente através da repetição, numa relação de dependência com a possibilidade do deslocamento, do deslizamento de sentido, ainda que de forma mais estancada, contida.

Retomando a questão da reversibilidade, e compreendendo-a como “a troca de papéis na interação que constitui o discurso e que o discurso constitui” (ORLANDI, 1987, p.239), é importante salientar que, por critérios metodológicos, não trataremos desse assunto na perspectiva de uma interlocução que pensa os lugares dessa situação de fala como se fossem fixas. Não se trata de uma interação em que o locutor enuncia para o ouvinte e ambos aparecem estáticos nessas funções, mas trataremos, sobretudo, de uma perspectiva em que os sujeitos envolvidos na interação se constituem mutuamente através, inclusive, de um jogo de formações imaginárias que vão significando no dizer. É dessa forma que a noção de

reversibilidade vai se configurar como tão importante em se tratando do discurso, é através dela que pretendemos a não fixação das posições envolvidas na interação.

É necessário, no entanto, não confundir a noção de reversibilidade com um processo de intercambialidade. Ainda na esteira do que teoriza Orlandi (1998), a reversibilidade, redefinida como o movimento entre as posições no discurso se difere da intercambialidade pois, esta última, deve ser entendida como a substituição na mesma posição.

Ao tentar caracterizar um discurso em específico é necessário nos indagarmos sobre aquilo que se encontra na base da constituição desse processo discursivo. Dentro alguns caminhos para chegar a isso, em um deles, tentaremos observar as propriedades de um determinado discurso.

Entendemos como propriedade, a partir de Orlandi (1987), um certo conjunto de características fundamentais para o funcionamento e a constituição de um discurso. A reversibilidade é, portanto, uma dessas propriedades a que nos colocamos a pensar sobre, e pensaremos, sobretudo, considerando-a como uma “condição do discurso” (idem). Se é uma condição, é por isso mesmo fundamental para a constituição e, em se tratando de uma situação de interação, necessário para o próprio prosseguimento da discursividade, para a continuidade dela.

O discurso religioso como um discurso autoritário se caracteriza a partir de uma tendência à não reversibilidade, já que nos discursos autoritários a tendência é estancar essa possibilidade. Mas é apenas uma tendência, ou seja, o discurso tende à não reversibilidade e isso se dá pois, caso a reversibilidade se anule, a interação através do discurso fica impossibilitada. O que temos, então, é uma espécie de desejo, ou seja, uma vontade da parte dos sujeitos que enunciam, que opera nessa discursividade no sentido de torná-la reversível, ou seja, uma necessária ilusão de reversibilidade. No entanto, como diz Orlandi “essa ilusão tem várias formas nas diferentes manifestações do discurso autoritário” (1987, p.240).

Sobre a ideologia no discurso religioso

A ideologia tem seu funcionamento específico em relação à religiosidade. Conforme as ideias de Orlandi: “A ideologia, na análise de discurso, está na produção da evidência de sentido (só pode ser “este”) e na impressão do sujeito de ser a origem dos sentidos que produz, quando na verdade ele retoma sentidos preexistentes” (1998, p. 16). A discursividade religiosa, e mais especificamente a cristã, opera de tal forma na cultura ocidental a ponto de

ela servir como base para pensar o funcionamento de outras ideologias, como o faz Althusser (1974).

O processo de produção dos sentidos se dá conforme sua relação com o Interdiscurso. De acordo com Orlandi: “Toda vez que falamos, para que nossas palavras tenham sentido, é preciso que elas já tenham sentido. Esse efeito é produzido pela relação com o interdiscurso, a memória discursiva: conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos” (1998, p.9). Nesse sentido, ainda de acordo com essa autora, nós não aprendemos a realizar essa operação, ela simplesmente se dá. E se dá através do funcionamento da ideologia e do inconsciente.

Neste trabalho, sem a pretensão de tocar em questões intocáveis ao alcance desses poucos caracteres, nos limitaremos a comentar apenas alguns pontos envolvendo a questão da ideologia.

Uma, e talvez a principal delas, se dá retomando a tese de Althusser ao pensar que a ideologia só existe através dos sujeitos e para esses e outros sujeitos (idem). Isso, para nós, significa principalmente que é necessário identificar esses sujeitos que estão envolvidos na discursividade. Dentre fiéis e autoridades responsáveis pelo serviço religioso há, um sujeito que é extramente importante para a caracterização do discurso religioso nos moldes que estamos pensando: esse sujeito é Deus. Aliás, sua particularidade é tão marcada que seu funcionamento no discurso confere a ele um estatuto de Outro absoluto, em cuja imagem todos os sujeitos se espelham, tornando-se, portanto, Sujeito.

Deus é Sujeito, pois tem o poder de nomear, de designar, e ao fazê-lo interpela o seu interlocutor em sujeito tal como o funcionamento da própria ideologia. Conforme diz Orlandi: “só existe essa multidão de sujeitos religiosos possíveis porque existe um Outro Sujeito único absoluto” (1987, p.241).

Esse estatuto conferido a Deus na situação de interação, do ponto de vista discursivo, nos conduz a algumas particularidades em relação à tipologia discursiva. O discurso religioso é autoritário sobretudo pela impossibilidade dos sujeitos de se colocarem na posição de Sujeito. Os sujeitos do discurso religioso são interpelados, mas não podem interpelar. Todavia, para que se dê o prosseguimento da discursividade é necessária, ao menos, a ilusão de reversão das posições, condição básica para o discurso. Surge, então, em uma perspectiva imaginária a ilusão da reversibilidade. Salientamos, no entanto, que reverter não opera pela inversão e sim pela reversão. Ou seja, não se trata simplesmente da troca de posições entre os interlocutores. Embora haja uma contraposição de duas, ou mais, posições inseridas na discursividade, a reversibilidade se dá via uma espécie de retorno à condição inicial, isto é,

pressupondo as posições envolvidas em um mesmo plano. Essa condição é impossível no discurso religioso já que Deus e os fiéis estão em planos diferentes: o espiritual e o terreno, respectivamente. Porém, a ilusão dessa condição opera justamente para dar sustentação ao processo discursivo.

Nessa maneira, assim como todas, ideológica em que o homem tem de se relacionar com o que é do plano espiritual destacamos, por enquanto, em relação ao funcionamento, os seguintes aspectos: assim como há a Santa Trindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo, há uma espécie de rompimento com uma lógica mais tradicional de discursos como o político, ou o pedagógico em que há normalmente duas posições envolvidas. No discurso religioso, além de Deus, o Sujeito por excelência e os fiéis, os sujeitos que são interpelados, há também uma posição intermediária. Aliás, não haveria outro nome que melhor designasse essa posição dos líderes religiosos senão essa. É justamente intermediando que eles aparecem já que se constituem como a possibilidade da voz de Deus no plano terreno e também desfrutam da possibilidade de estar mais próximos de Deus, ou seja, do plano espiritual. Essa característica faz com que os líderes religiosos operem uma função fundamental na condição de existência desses discursos, já que operam como um dos meios pelos quais a ilusão da reversibilidade se estabelece.

Breves considerações acerca interação discursiva entre os sujeitos do discurso religioso

Tendo dito o supracitado sobre o funcionamento da ideologia, e sobre as condições desse discurso, pensemos então estes enunciados corriqueiros como sequências discursivas:

1. “Senhor, a ti eu peço” e
2. “Entrego em tuas mãos”

Pensando os lugares dentro dos quais esses enunciados circulam na perspectiva de um espaço (ainda que virtual), é possível depreender o efeito de evidência que significa nos sujeitos envolvidos na discursividade. De acordo com o principal teórico da Análise de Discurso:

Nesses espaços discursivos [...] supõe-se que todo sujeito falante sabe do que fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo (tal que este universo é tomado discursivamente nesses espaços) – (Pêcheux, 2015, p.31)

Sobre essas propriedades estruturais de que fala Michel Pêcheux, e pensando a questão do efeito de sentido, observamos que há uma necessidade que nos parece também retórica, mas não somente, no sentido de marcar a segunda pessoa da interlocução como uma tentativa de convocá-la, de interpelá-la ao diálogo, à interação.

É certo também que, devido ao grau de formalidade necessário para o diálogo com uma divindade máxima, em uma situação como essa, há o preterimento do uso de determinados pronomes de tratamento. Isso, a priori, justificaria a maior regularidade do uso do “tu” para marcar a segunda pessoa do discurso em relação ao “você”, que é tão utilizado nessa posição em situações cotidianas de uso da linguagem. Mas há um limite que separa a questão da formalidade na utilização do pronome e a questão que aqui nos importa.

Antes de falar sobre isso, há algo de importante sobre os pronomes de tratamento. Formas como “O altíssimo” aparecem muito frequentemente, e é do conhecimento comum que o pronome de tratamento “você” soa íntimo demais para uma relação fiel/Deus em que opera, entre outras coisas, o místico. Uma coisa importante sobre o pronome de tratamento é que, tal como os pronomes do caso reto e do caso oblíquo, ele também é pessoal e, com isso, marca a pessoa do discurso. Desse modo, na sequência discursiva 1, ao enunciar o interlocutor da interação com o pronome do caso oblíquo tônico “ti”, que é de segunda pessoa, é possível, portanto, depreender um efeito de sentido de convocação à interação. É como se o enunciador percebesse a necessidade de estabelecer uma linha de diálogo mais espessa, como se houvesse a possibilidade desse fio discursivo se romper, caso essa estratégia não seja utilizada.

Voltando ao tal limite de que falamos, observemos essa questão, por exemplo, fora dos pronomes pessoais. Os pronomes possessivos, embora sejam caracterizados gramaticalmente para designar a posse de determinada coisa, trazem consigo conseqüentemente a marcação da pessoa que detêm a posse de tal coisa. Nesse sentido, observemos a sequência discursiva 2.: “Entrego em tuas mãos”. Nesse caso, em que também há um problema de norma gramatical com relação do uso da segunda ou da terceira pessoa, a questão da formalidade não se aplica e, no entanto, vemos também a preferência pela segunda pessoa ao dirigir-se à divindade. Novamente o efeito de sentido de interpelação, de convocação à situação de interação. A reversibilidade é, portanto, condição do discurso, ainda que ela se dê via ilusão, isto é, que ela seja meramente imaginária.

Conclusão

É dessa forma que daremos sequência ao projeto de pesquisa, pensando as propriedades (nesse caso a ilusão da reversibilidade, mas também a questão da polissemia, da paráfrase, entre outros) e as marcas (as inscrições de pessoas na discursividade através de pronomes, neste caso). Isso sempre observando o funcionamento específico da ideologia em relação ao discurso religioso e consentindo que o domínio do discurso religioso não se dá apenas pelo discurso oficial, ou o teológico. O discurso religioso é sobretudo aquele falado pelos templos ou fora deles, no momento no serviço religioso ou na conversa pós-culto; aquele que reverbera depois dali, que funciona e se sobrepõe de maneiras diferentes porque faz sentido e, sobretudo, porque ressoa.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. - Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado, Biblioteca de Ciências Sociais, Liv Martins Fontes, Brasil, 1974

ORLANDI, Eni P. – A Linguagem e Seu Funcionamento: as formas do discurso. 2ªed. Pontes. Campinas, 1987

_____. Análise De Discurso: princípios e procedimentos.11ª ed. Pontes. Campinas, 2013

_____. Paráfrase e Polissemia: A fluidez dos sentidos no limite do simbólico. Revista Rua. Campinas, 1998. p.9-p.19

PÊCHEUX, Michel. O Discurso: estrutura ou acontecimento. 7ª ed. Pontes. Campinas, 2015